

APRESENTAÇÃO
Presentation

Júlia Calvo

Em 2020, Minas completou 300 anos de uma história dinâmica, resiliente e em constante transformação. Olhar para a produção acadêmica com a temática regional e refletir sobre a riqueza de temas e seus produtos nos faz respirar Minas e se inspirar. É assim, com alegria, que apresentamos o **Dossiê Travessias: Cantos, recantos e modas da nossa gente** com intuito de divulgar e promover ainda mais a pesquisa que se faz sobre Minas Gerais.

Escolhemos abrir esse Dossiê trazendo a discussão sobre os intelectuais e o poder. O artigo **Poder e política nas Minas Gerais**, de Ana Tereza Landolfi Toledo, discute as relações de poder em Minas no contexto da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, a partir da análise de D. Manoel de Portugal e Castro, que assumiu o governo da capitania de Minas a partir do ano de 1814. Toledo analisa a atuação política de Portugal e Castro na tentativa de mitigar as tensões das elites locais com a Coroa Portuguesa. Com um texto instigante, somos levados a conhecer esse importante ator político e administrador e suas ideias ilustradas, e como essas ideias impactam na construção de uma relação de poder na capitania que acabou impulsionando a abertura de fábricas, a exploração da extração de ferro e a abertura de novos caminhos e estradas para escoar a produção mineira.

Continuando o debate dos intelectuais na capitania, Márcio Pereira vai apresentar o naturalista Joaquim Veloso de Miranda, que, entre 1780 e 1805, também a serviço do Estado português, pesquisou a botânica, a mineralogia e os metais da capitania de Minas Gerais, buscando a identificação de potencialidades de exploração e atendimento das demandas da Coroa portuguesa. Miranda e seus auxiliares, além do conhecimento inestimável sobre a flora, promoveram as ciências na capitania a ponto de influenciarem na decisão régia de implantação de um horto botânico em Vila. Ao longo do artigo conhecemos o trabalho de Veloso de Miranda e seus auxiliares, destacando as ideias, mas também o ofício do naturalista numa contribuição importante ao lançar luz sobre o trabalho e seus saberes no final do século XVIII.

Em **Sob o sol das estradas**, Mariana Brescia Cruz, Fernanda Mendes Santos e Silvia Maria Amâncio Rachi Vartuli, nos levam para uma temática que é relativamente popular ao se remeter à tradição mineira, mas que paradoxalmente ainda é pouco

trabalhada nas produções acadêmicas: O tropeirismo. O interesse metropolitano pela capitania estava nas riquezas, como o ouro, e também no seu potencial econômico, que exigia o escoamento da produção para os portos litorâneos. Os tropeiros eram agentes necessários para a configuração de uma rede de transportes que envolvia a mineração, principal produto até o século XVIII, e também eram responsáveis pela circulação de mercadorias tão necessárias à manutenção da capitania, como a manutenção da Corte no Rio de Janeiro. As autoras desvelam, a partir dos registros, esse ofício, seu desenvolvimento, seus desafios, as relações que se estabeleceram nessas idas e vindas dos tropeiros e sua permanência ao longo de gerações.

Avançando e caminhando pela História do imaginário, Rudney Avelino Castro Silva discute o segredo como persistência frente às perseguições inquisitoriais de judeus em **Imaginário religioso e persistência: estudo dos ritos mortuários judeus à luz da Inquisição portuguesa nas minas setecentistas**. O autor retoma a documentação de réus do Tribunal do Santo Ofício em Lisboa e analisa os ritos mortuários identificados para discutir o papel do segredo como instrumento de perpetuação de uma tradição religiosa e identitária, que conscientes ou não, guardaram sentidos e rituais judaicos entre os moradores de Sabará-MG. Tanto o segredo como sua expressão opositora, a traição, na perspectiva simmeliana, vão sustentar as análises do Tribunal da Inquisição na promoção de silenciamentos essenciais para a própria sobrevivência dos judeus nas Minas setecentistas.

Abrindo espaço para discutir um pouco os arranjos familiares, a infância e as mulheres, apresenta-se o texto **Aspectos da história da infância nas Minas Gerais (Séculos XVIII-XIX)**. Nesse artigo, Denise Aparecida Sousa Duarte e Wesley Fernandes Rodrigues, com base em fontes documentais diversas (registros de óbitos de inocentes, devassas, relatos de viajantes, testamentos), desvelam a criança na capitania como um ator social. A criança foi geralmente analisada na perspectiva dos adultos, sem muito foco e sem definição clara na sociedade. No Brasil isso se refletiu em descaso e em silenciamentos. O desafio apontado pelos autores é interpretar as pouquíssimas referências da criança na documentação, e destaque nesse caminho a importante contribuição no apontamento das relações afetivas que são ressaltadas nessas interpretações, com a análise dos testamentos dos filhos bastardos e órfãos e os ex-votos (pintados em tabuletas como cumprimento de uma promessa já realizada) que se fizeram presentes nas Minas entre os séculos XVIII e XIX.

Dando sequência às relações familiares e de afeto nas Minas, o artigo **O concubinato na América portuguesa: resistência feminina, afetividades, famílias e mestiçagens na comarca de Sabará no século XVIII**, de Igor Bruno Cavalcante dos Santos, analisa o concubinato na comarca de Sabará no século XVIII. O trabalho mergulha nas análises sobre a mestiçagem com destaque às mulheres (tanto as negras como as mestiças), por vezes pouco visíveis na historiografia. O autor vai apontar as ambivalências do sistema colonial na revelação das relações afetivas mistas (legítimas ou ilegítimas sob a ótica religiosa), que envolveram escravas concubinas e os filhos frutos desses relacionamentos presentes e identificados na documentação. Dá voz para a complexidade das relações no Brasil colonial e indica vislumbres de um Brasil silenciado que carrega uma diversidade de estratégias e arranjos familiares, envolvendo afetos e disputas na sucessão e abre uma janela importante para novas pesquisas sobre gênero e família no Brasil.

Com foco na questão do gênero no século XIX, Séfora Semíramis Sutil se debruça sobre os modelos de feminilidade e seus paradoxos entre as classes menos abastadas a partir da análise da documentação em **Das virtudes ou infortúnios femininos: os ideais de conduta no Brasil oitocentista**. O modelo de mulher construído no Brasil do XIX deveria ser honrada, virtuosa, submissa, assim, os manuais de civilidade que circularam no Brasil, os periódicos e também os modelos femininos construídos nas obras literárias carregavam essa representação e educavam as mulheres determinando condutas social, religiosa, sexual e familiar que eram adequadas à feminilidade. Entretanto, a autora vai nos apresentar à Luiza Maria da Conceição, moradora da vila da Formiga em Minas Gerais, acusada do assassinato de seu esposo, indicando as distâncias possíveis entre a conduta ideal e desejável para as mulheres e as práticas cotidianas que variavam de acordo com o lugar social.

Chegando aos dias atuais, o trabalho **Mulher comparsa: o testemunho midiático como delito de gênero**, de Leticia Silva Azevedo e Lúcia Lamounier Sena, analisa os recursos discursivos nas páginas policiais a partir dos Cadernos Cidades dos jornais OTEMPO e o Super Notícia, no período entre 2006/2016. Ao analisar as notícias sobre mulheres que atuam no tráfico de drogas, as autoras identificaram que há silenciamento do relatado que é operado pelo mediador (o jornal, o jornalista) e da construção do papel e da História dessa mulher, associada como comparsa do crime. Apreende-se uma

importante construção midiática sobre gênero e seus desdobramentos que não só vale a leitura, como nos leva a refletir sobre as permanências das representações da mulher na sociedade e de sua moral colocada sempre em julgamento por meio do discurso, que varia, no caso de crime de tráfico, no tratamento de homens e de mulheres. Prevalece, como afirmam as autoras, um sujeito “*gendrado*” carregado de simbologias sobre o feminino e suas categorias (maternidade, espaço doméstico, amor/paixão, cumplicidade feminina e vitimização).

A SOLIDÃO DOS MINEIROS: mineiridade, patrimônio cultural e os processos de hierarquização de pessoas e lugares em Minas Gerais ao longo do século XX vai nos levar para as questões acerca da memória e o conjunto de representações identitárias e patrimoniais sobre Minas Gerais. Dialogando com sua experiência de pesquisa Patrimonial, Carolina Paulino Alcantara destaca os olhares distintos e os silenciamentos promovidos a partir de critérios de seleção e exclusão de grupos e elementos culturais. O título remete à solidão, evocando as ausências e invisibilidades de pessoas e grupos em diferentes momentos da História de nosso estado. Registros dos costumes, das tradições e outros princípios norteadores das representações de Minas tenderam a privilegiar a região centro sul e, nessa toada, a autora discute e desvela as disputas pela memória na formação da identidade mineira a partir dos projetos, ações e concepções dos dirigentes e gestores públicos do estado mineiro.

A extensão territorial e a diversidade do Estado mineiro vai nos levar ao **O poder e suas representações no interior das comunidades agregas do Vale do Mucuri, Minas Gerais (1850-1950)**, num trabalho interessante, Marcio Achtschin Santos, nos revela a relação do trabalho na atividade agro pastoril, na região do Vale do Mucuri a partir da **agregação**, que corresponde à forma de ocupação da terra por meio de cessão a homens livres. Implantada desde o período colonial, a **agregação** vai aumentando no nordeste mineiro com o enfraquecimento da escravidão ao longo do século XIX. A proposta do autor é, a partir das entrevistas, identificar a relação territorial e de poder que se estabelece. O autor pergunta de que modo é construído o imaginário para o reconhecimento e permanência das relações de poder e, dando ênfase à cultura e aos ritos da tradição das comunidades agregas, vai identificando os sentidos e estratégias na relação marginal com os grupos dominantes. Na escuta dos entrevistados, vai dando foco às estratégias comunitárias, às especificidades regionais e às transformações ao longo do tempo.

Por fim, mas nunca menos importante, Rogéria Alves e Karla Cerqueira vão apresentar e discutir a organização e as ações implementadas entre 2015 e 2018 na Educação Escolar Quilombola pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **A Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: Identidade e Resistência** trata da importante compreensão da Resolução N°4/2010 das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica e seu artigo 41, que institui a Educação Escolar Quilombola como uma modalidade especial e determina sua existência em áreas quilombolas com pedagogia própria que respeite a cultura dos seus moradores. As autoras discutem os avanços dessa discussão no país em direção à uma proposta de educação inclusiva e plural (de todos, indo além da própria visão de que quilombola são herdeiros dos negros escravizados) e fornecem um panorama da aplicação da Educação Escolar Quilombola nas políticas públicas de educação e particularmente nas ações implementadas pela SEE-MG, apontando seus avanços e seus desafios.

Excelente leitura!

Júlia Calvo

Editora da Revista Cadernos de História.